

MAIS MATRÍCULAS, MENOS IES: A EAD COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL NA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL (2002–2024)

Eixo Temático 1: Política econômica e financiamento da educação superior no Brasil

Wendell Santos Carneiro, Universidade Federal Da Paraíba (UFPB), e-mail: wendellscarneiro@gmail.com
Rhoberta Santana de Araújo, Universidade Federal Da Paraíba (UFPB), e-mail: rhoberta.araujo@gmail.com

Introdução

Este estudo analisa a expansão da Educação a Distância (EaD) no ensino superior privado-mercantil brasileiro como expressão da financeirização da educação, entendida como reorganização da oferta segundo critérios de rentabilidade, escala, redução de custos, governança corporativa e valorização do capital (Chesnais, 1996; Harvey, 2011; Dardot; Laval, 2016; Paulani, 2024). Parte-se do diagnóstico de que, entre 2002 e 2024, o crescimento das matrículas privadas supera amplamente a expansão do número de IES, indicando ganho de escala e concentração; e de que, entre 2014 e 2024, essa dinâmica se intensifica pela recomposição modal, com centralidade crescente da EaD. Sustenta-se, assim, que a EaD não é apenas uma alteração técnico-pedagógica, mas uma mediação estratégica de modelos empresariais escaláveis, associados à consolidação de grandes grupos e tendências oligopolistas no setor (Seki, 2020; Araújo; Jezine, 2021; Chaves; Sousa, 2024).

Metodologia

O estudo adota abordagem quanti-qualitativa, articulando revisão bibliográfica dirigida e análise documental-estatística. A base empírica principal é composta pelos dados do Censo da Educação Superior do INEP, mobilizados para examinar a evolução das matrículas no ensino superior e a assimetria entre os setores público e privado no recorte de 1980 a 2024, com ênfase analítica no período de 2002 a 2024. Em especial, são

analisadas: (i) a expansão das matrículas em relação ao crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) por dependência administrativa; e (ii) a dinâmica interna do segmento privado mercantil, observando-se a evolução das matrículas e a recomposição entre ensino presencial e educação a distância (EaD) no período de 2014 a 2024. Complementarmente, recorre-se à análise documental de marcos normativos e regulatórios que incidem sobre a modalidade EaD, a fim de interpretar as mediações entre Estado, mercado e capital que condicionam a expansão e a escalabilidade do setor.

Discussão dos dados

A reforma dos anos 1990 institucionalizou um redesenho do Estado para operar como provedor de condições legais, financeiras e regulatórias à expansão mercantil na educação. Essa racionalidade foi impulsionada por organismos multilaterais, como Banco Mundial e FMI, que difundiram a atualização da teoria do capital humano, subordinando a educação aos imperativos do capitalismo flexível. No plano interno, conformou-se o que Freitas (2018) denomina reforma empresarial da educação, na qual o ensino é redefinido ideologicamente como serviço, legitimando sua transferência ao setor privado.

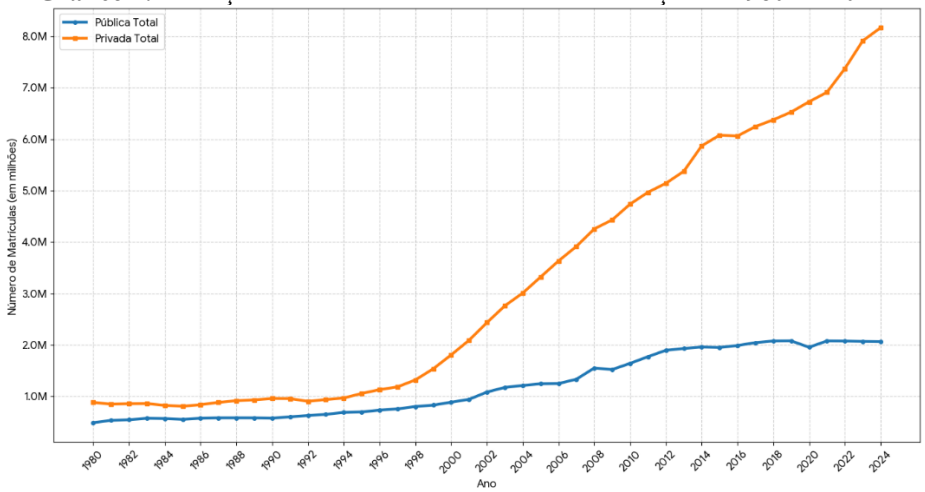
Saviani (2018) observa que a ausência de um Sistema Nacional de Educação articulado abriu espaço para que interesses de classe moldassem o campo educacional, consolidando uma estrutura flexível favorável à valorização privada, sobretudo no nível superior. Nesse contexto, o setor privado educacional no Brasil transita, desde a década de 90, de um modelo pulverizado e artesanal para uma estrutura de mercado marcada por concentração e centralização de capital (Blandy, 2022).

No gráfico 1, observa-se entre 1980 e 1990, um crescimento linear, sem rupturas: o total de matrículas sobe de 1.377.286 (1980) para 1.759.703 (1995), variação de 27,8%. Embora o setor privado mantivesse precedência numérica, a disparidade era contida: o público cresce de 492.232 para 700.540 (42,3%), enquanto o privado avança de 885.054 para 1.059.163 (19,7%). A participação privada oscila entre 60% e 64,3%, com ambos os segmentos próximos do patamar de um milhão de matrículas.

A partir de 1998 instaura-se uma fase de aceleração e divergência que altera a morfologia do sistema. A rede pública mantém expansão gradual, mas o privado assume trajetória de forte aceleração, viabilizada por mediações estatais, políticas de incentivo e ampliação do crédito educativo. O sistema passa de 2.125.958 matrículas (1998) para

7.828.013 (2014), incremento de 268,2%. Nesse intervalo, o público cresce 143,7% (804.729→1.961.002), ao passo que o privado salta 344,1% (1.321.229→5.867.011), elevando sua participação a 74,9% e ampliando a razão privado/público de 1,64 para 2,99.

Gráfico 1: Evolução das matrículas em Cursos de Graduação de 1980 até 2024.



Fonte: Elaboração do autor com base no Censo da Educação Superior (Brasil, 2025a).

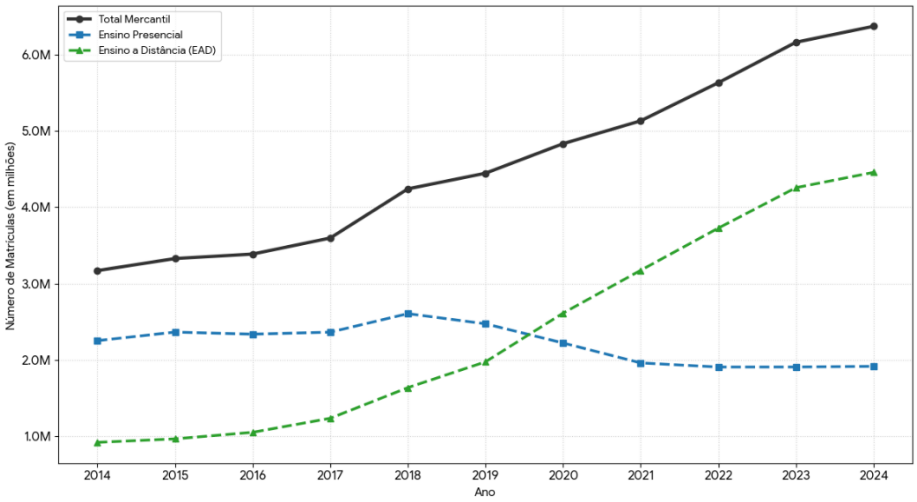
Ao considerar a expansão de sedes administrativas ou campi tradicionais entre 2002 e 2024, observa-se um ganho de escala e concentração, sobretudo no setor privado. As IES privadas aumentam 55,62% (1.442→2.244), enquanto as matrículas sobem de 2.434.650 para 8.162.039, incremento de aproximadamente 235%, ritmo muito superior ao crescimento institucional, sugerindo que a expansão decorreu menos da criação de novas entidades jurídicas e mais da ampliação de escala e centralização em estruturas existentes. Já no setor público, a expansão é mais proporcional à base material: as IES crescem 62,5% e as matrículas passam de 1.085.977 para 2.064.834 (cerca de 90%). Ainda que o crescimento percentual de IES seja maior no público, o privado absorve um contingente discente muito superior em termos absolutos.

Para apreender a totalidade da transformação, é decisivo observar a mudança na modalidade de oferta. Entre 2014 e 2024, as matrículas em cursos de graduação a distância aumentaram 286,7%, enquanto o presencial retraiu 22,3%. O movimento é reforçado pelos indicadores de ingresso, com queda de 30,2% no presencial e elevação de 360,0% na modalidade a distância. Em termos históricos, a rede privada expandiu-se 822% desde 1980, resultando na configuração atual em que concentra cerca de quatro vezes mais alunos que o setor público. A análise do segmento privado mercantil (com fins

lucrativos), no decênio 2014–2024, aprofunda esse diagnóstico ao indicar reconfiguração acelerada e inversão do padrão dominante de oferta.

No gráfico 2, nota-se que o total de matrículas passa de 3.169.749 (2014) para 6.372.474 (2024), crescimento de aproximadamente 101%, evidenciando sua capacidade de capturar e expandir a demanda por graduação sob a forma-mercadoria. A inversão de modalidade é o traço mais disruptivo: o presencial cai de 2.251.378 para 1.914.978 (retração de cerca de 15%), enquanto a EaD sobe de 918.371 para 4.457.496 (crescimento de aproximadamente 385%). A EaD não apenas compensa a retração do presencial, como redefine o perfil do estudante no setor mercantil, consolidando a hegemonia de um modelo mediado por tecnologia e orientado à escalabilidade.

Gráfico 2: Evolução das matrículas na Rede Privada Mercantil de 2014 até 2024



Fonte: Elaboração do autor com base no Censo da Educação Superior (Brasil, 2025a).

A expansão da EaD deve ser situada nas mediações entre Estado, mercado e capital. Araújo e Jezine (2021) mostram que sua difusão foi incentivada por desregulação e flexibilização normativa para abertura de polos e cursos, respondendo aos interesses empresariais diante da crise econômica. O Decreto nº 9.057/2017 e portarias posteriores ampliaram a autonomia das IES e flexibilizaram exigências presenciais, indicando que o Estado não se ausenta, mas atua como agente indutor da expansão mercantil da modalidade (Araújo; Jezine, 2021). Esse movimento ganha densidade porque a EaD é incorporada como atividade economicamente vantajosa, ao demandar condições diferenciadas de infraestrutura, bibliotecas, laboratórios, pessoal docente e administrativo (Araújo; Jezine, 2021). Assim, reduz a imobilização de capital em ativos físicos e desloca

a expansão para plataformas, conteúdos padronizados, polos flexíveis e sistemas de gestão, expressando uma racionalidade que amplia matrículas e receitas sem crescimento proporcional dos custos fixos.

Nessa dinâmica, a disciplina do valor acionário torna-se princípio organizador: inseridos no mercado de capitais, grupos educacionais passam a ser orientados por métricas de rentabilidade e geração de valor aos acionistas (Dardot; Laval, 2016; Carvalho; Lima, 2024). A EaD torna-se funcional à governança por números por favorecer padronização, centralização decisória, comparabilidade, monitoramento e controle dos processos formativos. A educação superior, assim, converte-se progressivamente em operação escalável, na qual o estudante aparece como fluxo de receita recorrente e a formação como produto ajustado a custos, produtividade e retorno.

Conclusões

Nesse quadro, a EaD não se apresenta apenas como alternativa pedagógica, mas como tecnologia organizacional compatível com a racionalidade da financeirização que estrutura o setor mercantil. A inversão de modalidade observada entre 2014 e 2024 demonstra que o aumento de matrículas é produzido por mecanismos que permitem expandir receitas sem crescimento proporcional da materialidade física, favorecendo padronização, centralização decisória e redução relativa de custos fixos. Ao deslocar a expansão para plataformas, conteúdos serializados, polos flexíveis e sistemas de gestão, a EaD torna-se uma mediação privilegiada para a captura de economias de escala e para a intensificação do controle por métricas, aproximando a operação educacional de uma lógica de rendimento e performance.

As evidências empíricas sugerem que a reconfiguração do setor não depende, primariamente, da proliferação de novas instituições, mas da consolidação de grandes arranjos corporativos capazes de concentrar matrículas, integrar operações e ampliar participação de mercado. Assim, a financeirização não deve ser apreendida apenas pelo "quanto" se investe, mas pelo "como" a oferta é reorganizada: por mediações regulatórias e por modelos empresariais que articulam escala, padronização e governança por números, subordinando progressivamente a educação superior às exigências de valorização do capital e à dinâmica oligopolista do setor.

Referências

ARAÚJO, Rhoberta Santana de; JEZINE, Edineide. **A expansão da educação a distância no Brasil e as contradições entre capital e trabalho**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 7, p. 1-14, e021041, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8659964. Acesso em: 04 mar. 2026.

BLANDY, Beatriz de A. **A financeirização da educação brasileira e seus impactos: do nível superior ao ensino básico**. 2022. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2024**. Brasília, DF: Inep, 2025a.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Diário Oficial da União (D.O.U.), nº 100. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 03 jan. 2026.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SOUSA, Leila Maria Costa. **Financiamento e endividamento estudantil no ensino superior na era da financeirização do capital: o FIES e a expansão de empresas educacionais financeiras**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S. l.], v. 40, n. 1, 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola,2011.

PAULANI, Leda Maria. S**obreacumulação, financeirização, rentismo e assetização**. In: Lavinas, L. et al. (org.). Financeirização: crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020. 437 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.